

ONGs avaliam opções amazônicas

Mauro Zanatta
de Macapá

O Ministério do Meio Ambiente decidiu usar os resultados do seminário de consulta sobre a Amazônia, encerrado neste fim de semana na capital do Amapá, como moeda de troca para forçar o conjunto do governo a adotar cautelas ambientais na execução das grandes obras previstas pelo Plano Plurianual (PPA). O objetivo é oferecer alternativas consideradas sustentáveis à floresta e combater um inevitável desmatamento com a transformação da região em pólo exportador de soja.

E aí existe uma grande incoerência estratégica do governo. Pelas informações dos especialistas, o PPA passa exatamente em cima dos principais corredores ecológicos eleitos pelo governo como preservação de prioridade máxima. "O PPA acaba com o espaço de vida das populações tradicionais e com a biodiversidade", diz Iza dos Santos, secretária-geral do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), que reúne mais de 500 ONGs da região.

Com o aval da elite dos maiores conhecedores da Amazônia, o ministro José Sarney Filho tenta dar uma demonstração de força para ocupar espaço político e emplacar projetos da agenda ambiental nas prioridades do presidente Fernando Henrique Cardoso. "Precisamos de argumentos técnicos para negociar com outras áreas do governo", afirma Bráulio Dias, diretor de biodiversidade da instituição.

Nesse caso, o instrumento de pressão do Meio Ambiente está baseado justamente nas recomendações das organizações não-governamentais. Sarney Filho joga com o envolvimento da sociedade civil para exibir aos países doadora

grama Piloto para a Preservação da Floresta Tropical (PPG7) uma considerável articulação doméstica, além de procurar demonstrar as vantagens econômicas da preservação da Amazônia. Lastreado nisso, cobrar a devida agilidade nos desembolsos do PPG7 dos países doadores e tentará garantir mais recursos de outras fontes para a região.

As recomendações dos 200 ambientalistas reunidos em Macapá serão levadas às reuniões com os doadores em Bruxelas, no próximo dia 5, e em Brasília, no final de outubro. O consórcio de especialistas, contratado pelo Ministério do Meio Ambiente, dividiu a Amazônia em sete grandes áreas: Juruá-Purus-Acre, Rio Negro, Várzea do Amazonas, Alto e Baixo Xingu, Araguaia-Tocantins, Escudo das Guianas. Depois, cruzou informações das maiores pressões de devastação, chegando aos chamados "hot spots", as áreas de maior síntese biológica da Amazônia.

Durante um ano e meio foram recolhidas informações estratégicas como a função de cada um dos ecossistemas, a importância dos "serviços" oferecidos pela floresta (chuvas, controle de doenças, estrutura dos solos), susceptibilidades e grau de risco e a pressão de devastação. Segundo os especialistas, a extrema relevância dos 365 "hot spots" deve ser traduzida na transformação de algumas dessas áreas em novas unidades de conservação. "Se o governo tiver a petulância de criar unidades fora dessas prioridades, faremos uma enorme gritaria", promete João Paulo Capobianco, coordenador do

consórcio e do Instituto Socioambiental (ISA).

As ações de política pública do governo, segundo o documento entregue no último sábado à secretaria de coordenação da Amazônia, Mary Allegretti, devem ser concentradas nas áreas prioritárias nos aspectos legislativos, institucionais, tributários e de inventivo fiscal, melhoria no crédito, populações tradicionais, além da repartição de benefícios e uso da diversidade biológica. O prazo foi dividido em três etapas: curto prazo (até cinco anos), médio (até dez) e longo (até 20 anos).

Um dos resultados mais expressivos do cruzamento dos dados amazônicos é a comprovação de que as terras indígenas são os maiores vetores de conservação da floresta. Na região do Xingu, por exemplo, a maior parte das áreas indicadas como de extrema relevância ambiental está dentro de reservas indígenas.

Dentro do PPA, é preciso mudar a opção econômica do governo para a Amazônia, segundo Adalberto Veríssimo, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Ele cita o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém, justamente na parte mais preservada do Oeste do Pará, como uma política errada. "O governo está sendo apressado na definição das prioridades para a região", alerta. Segundo ele, o Banco da Amazônia (Basa) emprestou US\$ 1 bilhão de 1990 até o ano passado. Disso, 95% foram para projetos de pecuária extensiva e agricultura. Só 5% foram para desenvolver sistemas agroflorestais sustentáveis.

Só 5% do US\$ 1 bilhão emprestado pelo Basa entre 1990 e o ano passado foi para projetos agroflorestais sustentáveis na região